



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Julho de 2026

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em julho de 2026. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	5
Equador	6
Guiana	9
Peru.....	10
Suriname	12
Venezuela	13
OTCA	14

Bolívia

Por Débora Bedim e Maria Clara Dutra Pontes

O mês de julho de 2026 foi marcado por contradições do governo da Bolívia em relação ao meio ambiente. O país está na temporada de secas, o que eleva a preocupação com incêndios florestais e o desafio do governo federal para mitigá-los. O ministro do Planejamento e Meio Ambiente, Fernando Romero, explicou que “estamos entrando em uma época de seca [...] e muito vento, [...] [quando] os ciclos da natureza fazem com que haja uma camada de matéria seca sobre o solo” [1]. A Defesa Civil defende que a resposta não deve ser somente “apagar os incêndios”, mas também “detectá-los antes que aumentem” [1]. Diversas notícias já apontam que a Bolívia apresenta cerca de 1.611 focos de calor e incêndios florestais ativos, especialmente nos municípios de Tarija e Santa Cruz de la Sierra [2].

Apesar do risco de intensificação de incêndios, o presidente Rodrigo Paz, no dia 25 de julho, afirmou que existe uma necessidade de aprovação de uma nova lei de hidrocarbonetos e mineração para gerar recursos que o país precisa para executar obras de infraestrutura e dinamizar a economia. Em suas palavras, “precisamos de gás, precisamos da mineração, precisamos de dinheiro, precisamos de dólar” [3].

No dia 29 de julho, o ministério de Planejamento e Meio Ambiente, por meio do vice-ministro do Meio Ambiente, Jorge Ávila, organizou um workshop denominado “*Taller de Socialización y Capacitación en Financiamiento Climático, Biodiversidad y Proyectos de Energías Verdes*”, reunindo governo, Parlamento, organismos internacionais e sociedade civil para discutir financiamento climático, biodiversidade e energias verdes. A iniciativa ilustra a dependência de recursos financeiros internacionais no estabelecimento de políticas nacionais eficientes para o meio ambiente, considerando que esses recursos representam uma alternativa para fortalecer projetos relacionados à conservação das florestas e da biodiversidade, bem como ao aumento da resiliência frente às mudanças climáticas e à transição para energias limpas [4]. Nesse sentido, durante o encontro, o vice-ministro apresentou a criação de um Anteprojeto de Lei de Financiamento Climático, considerado uma estratégia para captação de recursos internacionais voltados para projetos ambientais. Em sua fala, Ávila afirmou que se trata de “uma oportunidade histórica para consolidar um novo modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade”, especialmente pela desvantagem histórica no acesso ao financiamento climático [4].

Por sua vez, em 31 de julho, o ministro Fernando Romero lançou o projeto *Protección y Gestión Sostenible de la Amazonía*, que objetiva a preservação dos bosques amazônicos,

chaqueños e tropicais, os quais são essenciais para a regulação do clima, conservação de fontes de água e proteção da biodiversidade. O projeto busca aprimorar os sistemas nacionais de monitoramento florestal, com ênfase na aplicação no departamento de Pando, principal área amazônica contemplada, visando a garantir maior financiamento internacional para a proteção dessa área. Ademais, almeja promover o desenvolvimento econômico de comunidades que residem nesses locais, habitando e protegendo tais territórios. O projeto em questão conta com o financiamento da República Federal da Alemanha, por meio do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW, sigla em alemão), cuja implementação ocorrerá durante os próximos cinco anos sob a execução do governo boliviano [5].

Também na agenda internacional, no dia 14 de julho, Bolívia e Chile concordaram em iniciar estudos para criar um mecanismo binacional permanente para a gestão de bacias hidrográficas transnacionais, com o objetivo de fortalecer a cooperação bilateral, preservar os ecossistemas alto-andinos e enfrentar conjuntamente os desafios das mudanças climáticas [6]. Durante a sessão de abertura da *IV Reunión de la Mesa Binacional Bolivia-Chile sobre Recursos Hídricos Transfronterizos*, realizada na cidade de La Paz, o vice ministro das Relações Exteriores, Carlos Paz Ide, destacou a importância dos espaços de cooperação, produção de conhecimento e fortalecimento de confiança mútua, afirmando que “a crise climática e a crescente pressão sobre os ecossistemas alto-andinos e a cooperação bilateral constituem uma ferramenta essencial para consolidar uma governança híbrida moderna, resiliente e orientada pelo desenvolvimento sustentável” [6]. A próxima reunião será realizada no Chile, onde os países darão continuidade à agenda de cooperação para a gestão sustentável das águas compartilhadas.

Referências

- [1] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/bolivia-llega-temporada-seca-solo-dos-helicopteros-enfrentar-fuego_1785028128
- [2] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/bolivia-registra-1-611-focos-calor-dos-incendios-tarija-chuquisaca_1784990266
- [3] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/rodrigo-paz-aprobando-ley-hidrocarburos-ley-mineria-habra-plata-obras_1785001718
- [4] Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21238>
- [5] Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21239>
- [6] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2026/07/15/25826/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Os efeitos de um possível El Niño severo no segundo semestre de 2026 na Amazônia e em outros biomas brasileiros foi tema de uma reunião ministerial convocada pelo presidente Lula, no dia 29 de julho. A tendência é que haverá, entre outras consequências, uma redução de chuvas em parte da região Norte e um risco de aumento de incêndios na floresta amazônica. Na reunião, o governo federal anunciou um plano de preparação orçado em R\$ 1,3 bilhão e voltado para ações de abastecimento de alimentos, sistema de saúde, monitoramento hidrológico, fiscalização ambiental e combate a incêndios. O planejamento será coordenado pela “Sala de Situação do El Niño”, que reunirá 24 ministérios e órgãos federais de diferentes áreas [1].

Outra articulação transversal ocorreu no dia 23, quando o presidente Lula recebeu, no Palácio do Planalto, um grupo de lideranças indígenas e de movimentos sociais, o qual reivindicou a suspensão de uma dragagem prevista para ocorrer no rio Tapajós, no Pará. Participaram do encontro os ministros do Meio Ambiente, Fazenda, Povos Indígenas e Portos e Aeroportos, além de representantes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, de outros órgãos federais e do governo paraense. Sem a dragagem, a Coalizão Empresarial Portuária, formada por entidades do setor, avalia que poderá haver dificuldade de escoamento da produção agropecuária pelo rio. Por sua vez, o grupo visitante afirmou que a obra alargará o leito do rio, em benefício das empresas de exportação, porém com ônus para a pesca, o turismo, as áreas de reprodução da fauna e os locais considerados sagrados pelos povos indígenas [2].

No âmbito da política externa, o jornal Folha de S. Paulo publicou uma atualização sobre a construção do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), lançado pelo Brasil na COP-30. Segundo a reportagem, o fundo ainda precisa captar mais US\$ 3,2 bilhões (R\$ 16,3 bilhões) para alcançar a meta de US\$ 10 bilhões (R\$ 51 bilhões) até o final de 2026. A ambição maior, sem prazo definido, é receber US\$ 25 bilhões (R\$ 127 bilhões) em recursos públicos e US\$ 100 bilhões (R\$ 510 bilhões) de fontes variadas, inclusive particulares, totalizando US\$ 125 bilhões (R\$ 638 bilhões). Contudo, o aumento de gastos militares de diversos países com as guerras na Ucrânia e no Irã estaria dificultando investimentos na área. A expectativa do governo brasileiro é de que a COP-31, marcada para novembro de 2026, estimule a entrada de novos recursos no fundo [3].

Por fim, em julho, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru realizaram a Operação Green Shield, uma ação coordenada de combate a crimes ambientais na Amazônia. A operação

mobilizou mais de 3.600 agentes e resultou em centenas de prisões, além da apreensão de aproximadamente 280 mil metros cúbicos de madeira, 195 toneladas de minerais e milhares de animais vivos. As ações tiveram como alvo atividades como extração ilegal de madeira, mineração, tráfico de fauna e outros crimes ambientais que atravessam as fronteiras nacionais. A operação evidencia a dimensão transnacional dos desafios relacionados à governança amazônica, uma vez que redes criminosas atuam sobre recursos naturais e territórios que ultrapassam as capacidades individuais dos Estados. Nesse sentido, a cooperação entre os países amazônicos aparece como instrumento necessário não apenas para a preservação ambiental, mas também para o fortalecimento da capacidade estatal de controle territorial e enfrentamento de atividades econômicas ilícitas. A iniciativa também demonstra que a proteção da Amazônia depende de mecanismos de coordenação regional capazes de articular segurança, fiscalização ambiental e combate ao crime organizado em escala transfronteiriça [4].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2026/07/7470077-governo-preve-rs-13-bi-para-acoas-de-prevencao-ao-el-nino.html>
- [2] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/07/indigenas-vao-a-lula-para-tentar-brecar-dragagem-acelerada-do-rio-tapajos.shtml>
- [3] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/07/fundo-de-florestas-corre-para-atrair-us-32-bi-ate-o-fim-do-ano-mas-guerras-dificultam.shtml>
- [4] Disponível em: <https://apnews.com/article/amazon-environmental-crime-wildlife-trafficking-police-colombia-uae-e2687c95a1f9281d0fe1b94b02a6177b>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 7 de julho, o governo colombiano iniciou o processo de transição de poder entre o atual presidente, Gustavo Petro, e Abelardo de la Espriella, vencedor do pleito de 30 de junho. Assim como as outras pastas, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sob a liderança de Irene Vález Torres, divulgou que todo o processo de transição seria compartilhado ao vivo por meio de transmissões online, visando à transparência [1]. Para o posto de Torres, o presidente eleito escolheu Fabio Arjona Hincapié. Com formação em biologia marinha, Hincapié foi diretor de meio ambiente físico do ministério, em 1996, e vice-ministro da pasta, em 1997 e 1998, atuando também como vice-presidente e diretor executivo para a Colômbia na ONG estadunidense Conservation Internacional desde 2001 [2]. Em meio

à transição, Torres divulgou que seriam documentadas as principais questões estratégicas do setor e as preocupações com o novo governo e possíveis retrocessos, como a eventual autorização de atividades extrativas na Amazônia, mineração em áreas protegidas e *fracking*.

Já no dia 11 de julho, a ministra participou de uma audiência pública de prestações de contas do Governo Petro. Idealizado com o objetivo de promover um balanço popular acerca das políticas implementadas, o encontro destacou o pioneirismo protagonizado pelo ministério. Em seu discurso, Torres garantiu que, durante os quatro anos de governo, a pasta se baseou na transformação do modelo econômico até então vigente em um que passou a priorizar o equilíbrio entre o meio ambiente e o extrativismo, evidências científicas e o enfrentamento das mudanças climáticas. De forma complementar, foram ressaltados os esforços realizados e os avanços conquistados pelo governo quanto ao reconhecimento da relevância dos povos ancestrais e camponeses para a agenda. Já com relação ao desmatamento, o governo Petro havia estabelecido, inicialmente, uma meta de reduzi-lo em 20%. Durante o evento, a ministra destacou a queda de 37% no desmatamento em todo o território nacional, superando e quase dobrando a meta. Voltando as atenções para a política externa voltada à agenda climática, Torres destacou a realização da Conferência das Partes sobre biodiversidade, sediada em Cali, no ano de 2024; e da primeira edição da Conferência Internacional para a Transição para Longe dos Combustíveis, realizada em Santa Marta, em abril de 2026.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/empalme-del-sector-ambiente-inicia-este-7-de-julio-con-una-transicion-transparente-y-ordenada/>
- [2] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/quien-es-quien/este-es-fabio-arjona-ministro-de-ambiente-de-de-la-espriella/>
- [3] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-presenta-el-legado-ambiental-del-gobierno-del-cambio-y-reafirma-que-no-existe-desarrollo-posible-sin-proteger-la-vida/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Entre os dias 2 e 3 de julho, membros do governo equatoriano e lideranças de organizações indígenas participaram do Encontro Nacional do Equador do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI) e da Articulação Territorial para a Governança Amazônica, iniciativas promovidas pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

(OTCA) [1]. Realizados na província de Pastaza, os encontros contaram com atividades conjuntas, oficinas e mesas de trabalho organizadas pela Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Povos e Nacionalidades e pelo Ministério de Relações Exteriores e Mobilidade Humana do Equador, financiado pela subvenção Raízes Indígenas para a Governança Amazônica (RAIGA) do Programa Amazonia+¹.

Do lado equatoriano, teve destaque a realização e os desdobramentos da Consulta Popular do Yasuní, que reuniu propostas de mecanismos de proteção de territórios indígenas e dos povos que vivem em isolamento, bem como sobre a necessidade de políticas públicas com pertinência cultural, medicina ancestral, recuperação e valorização de línguas indígenas e o respeito aos formatos de organização e vivências dos povos indígenas. Ao longo de dois dias, os participantes reuniram informações e propostas que subsidiarão o futuro Fórum dos Povos Indígenas, com destaque para a importância do fortalecimento da articulação nacional entre organizações indígenas e instituições públicas capaz de refletir a diversidade territorial e cultural da região.

No dia 9, o governo equatoriano anunciou que está trabalhando para a manutenção contínua do Sistema Elétrico Interconectado Petrolero (SEIP), que abastece os campos operados pela *EP Petroecuador* na Amazônia – Sacha, Shushufindi e Cuyabeno [2]. O trabalho é executado pelo Ministério de Ambiente e Energia e pela Corporação Elétrica do Equador (Celec EP) e visa a garantir a continuidade do abastecimento elétrico sem interrupções, mitigando o risco de indisponibilidade do serviço. Esse abastecimento garante o funcionamento dos sistemas de extração, bombeamento e processamento de fluidos que garantem a operacionalidade da indústria petrolífera equatoriana, que responde por grande parcela do Produto Interno Bruto do país.

No dia 23, foi noticiada a criação do corredor Yasuní-Limoncocha-Cuyabeno que conectará o Parque Nacional Yasuní, a Reserva Biológica de Limoncocha e a Reserva de Vida Selvagem de Cuyabeno [3]. Criado a partir da cooperação entre o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o WWF e o Ministério do Meio Ambiente e Energia do Equador, o corredor visa à preservação dos territórios e a segurança dos povos indígenas que residem na região, como as comunidades de Kichwa de Sani, El Pilchi, Santa Elena, Itaya, Parutu Yacu, Mandari Panga, Limoncocha e San Francisco Chicta; e as terras da Nação Indígena Siona do Equador (ONISE) e da Nacionalidade Siekopai. A região também abriga espécies com risco de extinção

¹ Financiado pela União Europeia e implementado pela Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento (AICS), pela Fundação Internacional e para a Ibero-America de Administração e Políticas Públicas (FIAP) e pela Expertise France.

e uma grande biodiversidade, atualmente ameaçadas pela expansão do desmatamento, da expansão agrícola e das mudanças climáticas. A administração será feita por um comitê composto por autoridades do governo, lideranças indígenas e organizações sociais ligadas a cada um dos territórios.

No dia 30 de julho, o Equador assumiu a presidência *pro tempore* da Comissão Especial sobre Segurança Pública e Delitos Transnacionais e Transfronteiriços (CESPIT) da OTCA [4]. A CESPIT é vinculada à OTCA e cuida da harmonização de ações e criação de estratégias para combater crimes ambientais e fortalecer a segurança na região amazônica. No próximo biênio, a representação equatoriana deve continuar a fortalecer a cooperação entre os países membros da OTCA nesta agenda.

Já no fim do mês, foi anunciado que o presidente Daniel Noboa obteve um financiamento de 21 milhões de dólares para fortalecer bionegócios e empreendimentos de economia popular e solidária na Amazônia [5]. O anúncio ocorreu durante o Encontro de Bioeconomia e Financiamento Verde Amazônico, uma iniciativa organizada pela Corporação Nacional de Finanças Populares e Solidárias (CONAFIPS). Segundo representantes do Ministério de Economia e Finanças, o objetivo do governo é conciliar conservação ambiental e desenvolvimento econômico, garantindo que os recursos sejam repassados para cooperativas, associações de produtores e empreendedores que desenvolvem suas atividades na região amazônica.

O financiamento fará parte do Programa BASE – Financiamento de Bionegócios para uma Amazônia Sustentável, desenvolvido pelo Ministério da Economia e apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Atualmente, o Equador lidera a Rede de Ministros de Finanças e Planejamento dos Países Amazônicos.

Referências

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/ecuador-fortalece-a-articulacao-nacional-do-mapi-com-encontro-entre-governo-e-povos-indigenas-na-amazonia/>
- [2] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador/celec-refuerza-suministro-electrico-petroecuador-amazonia/>
- [3] Disponível em: <https://www.conservation.org/press/ecuador-creates-new-amazonian-corridor-yasunilimoncochacuyabeno->
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/paises-amazonicos-avancam-na-implementacao-da-agenda-regional-de-seguranca-publica/>
- [5] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/daniel-noboa-impulsa-millones-dolares/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

No mês de julho, o governo da Guiana anunciou a destinação de aproximadamente GYD 2,5 bilhões adicionais às comunidades ameríndias por meio da *Low Carbon Development Strategy* (LCDS) 2030. O anúncio foi realizado pelo Vice-Presidente Bharrat Jagdeo durante a National Toshias Conference e eleva para GYD 16,9 bilhões o total de recursos distribuídos pelo programa. Segundo o governo, 15% de todas as receitas provenientes do programa nacional de créditos de carbono são destinados diretamente às comunidades indígenas e do interior, que administram os recursos de acordo com suas próprias prioridades. Os investimentos devem alcançar mais de 240 aldeias e financiar projetos sociais e de infraestrutura, sendo apresentados pelo governo como parte de uma estratégia de desenvolvimento liderada pelas próprias comunidades [1].

Dias depois, em 28 de julho, um acordo de financiamento de US\$ 50 milhões firmado entre a Guiana e o Caribbean Development Bank (CDB) foi apresentado à Assembleia Nacional. O financiamento tem como objetivo apoiar reformas ambientais vinculadas à LCDS 2030 e fortalecer a capacidade do Estado guianense de enfrentar os efeitos das mudanças climáticas e administrar seus recursos naturais. Entre as áreas contempladas estão a proteção da biodiversidade, a restauração de ecossistemas, a adaptação climática, o gerenciamento sustentável dos recursos hídricos e o desenvolvimento de sistemas de previsão e alerta para eventos climáticos. O financiamento integra um programa mais amplo de US\$ 175 milhões aprovado pelo CDB, cujo objetivo é contribuir para que a Guiana concilie sua rápida expansão econômica com o fortalecimento de mecanismos de resiliência climática e de gestão ambiental [2].

As duas iniciativas evidenciam que a estratégia guianense de governança amazônica possui uma dimensão simultaneamente nacional e internacional. De um lado, parte das receitas obtidas com a valorização econômica da floresta por meio dos créditos de carbono é direcionada às comunidades indígenas e do interior, que passam a participar diretamente da definição dos investimentos. De outro, a cooperação financeira com instituições multilaterais amplia a capacidade estatal de financiar políticas de biodiversidade, restauração ambiental e adaptação climática. Dessa maneira, a Guiana procura transformar a conservação de seus ecossistemas em instrumento de desenvolvimento econômico e de inserção internacional, articulando recursos

provenientes dos mercados de carbono, financiamento multilateral e participação das comunidades indígenas em uma mesma estratégia de desenvolvimento de baixo carbono [1][2].

Referências

[1] Disponível em: <https://dpi.gov.gy/amerindian-communities-to-receive-2-5b-in-lcds-funding-in-2026>

[2] Disponível em: <https://newsroom.gy/2026/07/28/us50m-financing-from-cdb-for-climate-and-environmental-projects-loan-agreement-tabled-in-national-assembly>

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

O mês de julho de 2026 foi marcado pela transição de governo no Peru. A presidenta eleita, Keiko Fujimori, foi empossada no dia 28 de julho e, em seguida, anunciou o seu gabinete ministerial. O discurso presidencial de 28 de julho é uma das tradições políticas mais importantes do Peru porque marca o aniversário da independência peruana e está previsto na própria Constituição como um momento de prestação de contas e apresentação das prioridades do governo. Neste ano, o evento ficou marcado por ser também o discurso de posse da nova mandatária. Com relação às políticas voltadas para a Amazônia, em particular, não houve nenhuma menção, o que indica que a pauta não será prioridade do novo governo. Duante a campanha, quando a então candidata debateu o tema da Amazônia, em geral, associou-o ao combate da mineração ilegal e da exploração dos recursos naturais da floresta, o que indica uma maior preocupação com o enfrentamento a crimes do que com ações de preservação ambiental *per se* [1].

A escolha dos ministros das Relações Exteriores e do Meio Ambiente corroboram essa análise. Carlos Espá, o novo chanceler, possui vínculos com autoridades dos Estados Unidos, estabelecidos entre 2008 e 2023, quando foi diretor de Comunicações da Embaixada estadunidense no Peru. Ao ser empossado, Espá anunciou que o Peru planeja aderir ao Escudo das Américas, uma iniciativa de cooperação em segurança lançada pelo governo de Donald Trump em março de 2026, cujo objetivo declarado é reunir países do continente para combater cartéis de drogas, organizações criminosas transnacionais, tráfico de pessoas e imigração irregular por meio de compartilhamento de inteligência, coordenação policial e, em alguns casos, cooperação militar. O tema da política ambiental apareceu de forma marginal no discurso de posse, e a Amazônia, em particular, não foi mencionada [2].

Para a pasta do Meio Ambiente, foi escolhido Vladimiro Huaroc. O novo ministro não possui experiência em temas relacionados ao meio ambiente. Grande parte de sua carreira foi construída no sistema das Nações Unidas. Atuou no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e na coordenação da Oficina de Operações de Assuntos Políticos e Missões de Paz da ONU até 1996. Do ponto de vista político, a nomeação de Huaroc parece indicar que Fujimori priorizou um perfil de articulador político em vez de um técnico especializado em questões ambientais [3].

Diante dos fatos mencionados, não há grandes expectativas de avanço em relação aos governos anteriores em temas que dizem respeito a combate ao desmatamento, conservação da floresta amazônica, povos indígenas amazônicos, expansão de áreas protegidas e bioeconomia.

Antes da posse de Fujimori, ainda no mês de julho, o governo anterior tomou duas medidas que merecem menção. A primeira ocorreu no dia 1º de julho, quando o MINAM anunciou a renovação da Declaração Conjunta de Intenção (DCI) com Noruega, Alemanha e Reino Unido. O acordo busca fortalecer a conservação das florestas, apoiar a gestão sustentável dos recursos naturais, ampliar a participação de povos indígenas e comunidades locais e reforçar as ações de mitigação das mudanças climáticas. Durante o anúncio, a então ministra Nelly Paredes destacou os avanços obtidos na fase anterior da parceria e afirmou que o novo compromisso permitirá consolidar políticas públicas voltadas à preservação da Amazônia, à redução das emissões provenientes do desmatamento e ao desenvolvimento sustentável da região [4].

No dia 10 de julho, o MINAM participou do Comitê Técnico de Coalizão Verde, um encontro que reuniu representantes de alguns dos países amazônicos, como Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Suriname. O evento reforçou o esforço desses países em promoverem a cooperação regional com o fim de ampliar o financiamento de negócios sustentáveis voltados à bioeconomia e à conservação da floresta. Durante o encontro, foram discutidos mecanismos para facilitar o acesso a crédito e investimentos destinados a empreendimentos sustentáveis, com destaque, no caso peruano, para o Programa para Bionegócios do MINAM, implementado em parceria com a COFIDE, o Banco Nacional de Desenvolvimento do Peru e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo o ministério, a iniciativa busca fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, gerar oportunidades econômicas para produtores amazônicos, preservar a biodiversidade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região por meio da mobilização de recursos financeiros voltados à Amazônia [5].

As duas iniciativas mencionadas são exemplos de um conjunto maior de acordos que o Estado peruano possui com outros países e com organizações internacionais que deverão ser seguidos pelo novo governo, mesmo que a pauta ambiental não seja prioridade. Afinal, as trocas de governo têm sido recorrentes no Peru na última década, sem que haja transformações significativas no que tange às políticas voltadas à conservação da floresta amazônica.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.nytimes.com/2026/06/29/world/americas/peru-presidential-election-keiko-fujimori-conservative.html>
- [2] Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2026-08-03/peru-s-new-foreign-minister-is-fujimori-s-clearest-nod-to-us-yet>
- [3] Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2026/07/28/vladimiro-huaroc-asume-el-ministerio-del-ambiente-conoce-la-trayectoria-del-nuevo-integrante-del-gabinete-de-keiko-fujimori/>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1413275-peru-y-paises-cooperantes-renuevan-alianza-para-proteger-la-amazonia-y-frenar-la-deforestacion>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1417595-paises-amazonicos-fortalecen-la-cooperacion-para-financiar-negocios-sostenibles>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No mês de julho, a presidente do Suriname, Jennifer Geerlings-Simons, reuniu-se com representantes das autoridades tradicionais indígenas para discutir uma proposta de lei destinada à proteção das áreas de moradia e uso tradicional dessas comunidades. A iniciativa prevê a criação de mecanismos que impeçam temporariamente a concessão de direitos a terceiros sobre esses territórios, além de buscar maior transparência nos processos de concessão e participação das autoridades tradicionais nas decisões relativas ao uso das terras. A proposta ganha relevância diante da pressão exercida por atividades econômicas sobre o interior do país, especialmente pela mineração de ouro, que constitui uma das principais fontes de ocupação e exploração de áreas florestais [1].

A iniciativa evidencia um dos principais desafios da governança amazônica no Suriname: conciliar a exploração econômica de recursos naturais com a proteção dos territórios tradicionalmente ocupados por populações indígenas e tribais. Nesse sentido, a proposta do governo de Simons ultrapassa a dimensão estritamente ambiental e incorpora questões relacionadas à soberania territorial, à participação política e à capacidade do Estado de regular

o acesso aos recursos naturais. Ao buscar estabelecer limites à concessão de direitos sobre áreas tradicionalmente ocupadas e ampliar a participação das autoridades locais nos processos decisórios, o governo procura fortalecer os mecanismos de governança sobre o território amazônico. A medida também evidencia que a preservação da floresta, no caso surinamês, está diretamente relacionada à capacidade de o Estado administrar as pressões econômicas sobre o território e incorporar as populações que historicamente ocupam essas áreas aos processos de decisão política [1].

Referências

[1] Disponível em: <https://gov.sr/president-in-dialoog-met-traditioneel-gezag-over-wet-bescherming-woon-en-leefgebieden/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Durante o mês de julho não foram registradas ações do governo venezuelano em relação à Amazônia. A atenção do Poder Executivo esteve concentrada na administração das consequências dos terremotos que atingiram o país em 24 de junho. Em 3 de agosto já eram registrados 6.125 mortos e cerca de 1.400 desaparecidos [1].

Em relação ao território amazônico, destaca-se em julho a divulgação do relatório “Grupos Armados Organizados (GAO) en la actividad minera al sur del río Orinoco, Venezuela: situación al 2026” pela ONG SOS Orinoco. O documento denuncia a presença de pelo menos 26 grupos armados organizados no sul da Venezuela, que conformam uma “governança criminosa híbrida” nos estados de Amazonas, Bolívar, Delta Amacuro e Esequibo. O relatório afirma que os grupos não apenas avançam com a mineração ilegal nesses territórios, como também exercem funções típicas de Estado [2].

Referências

[1] Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/08/03/numero-de-mortos-por-terremotos-na-venezuela-passa-de-6-mil.ghml>

[2] Disponível em: <https://lapatilla.com/2026/07/31/sos-orinoco-identifico-26-grupos-armados-en-el-95-de-los-municipios-del-sur-de-venezuela/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 9 de julho, a OTCA e os membros da Rede Amazônica para o Manejo Integrado do Fogo (RAMIF) promoveram o curso de capacitação “Análise do Comportamento do Fogo” na Universidade Nacional Agrária La Molina (UNALM) em Lima, no Peru [1]. A atividade, voltada à formação de profissionais que atuam diretamente em ações de prevenção, gestão e resposta a incêndios florestais, contou com a participação do Coordenador de Meio Ambiente da OTCA, Carlos Salinas, e do Diretor de Assuntos Amazônicos do Ministério de Relações Exteriores do Peru, César Aréstegui, que destacaram a importância do evento para o incremento da cooperação técnica entre os países amazônicos. O curso contou com o apoio da Agência de Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ), a Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (COSUDE), do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da FAO.

No dia 23, relatório lançado pelo MapBiomas mostrou que a Amazônia Brasileira registrou no ano passado a menor área queimada desde 1985, uma redução de 80% em relação ao ano de 2024 [2]. O [Relatório Anual do Fogo no Brasil](#) reúne informações e séries históricas sobre a dinâmica do fogo entre 1985 e 2025, com dados sobre a extensão das queimadas, frequência dos incêndios, áreas afetadas, impactos nos biomas e imagens captadas por satélites. O Coordenador Técnico do Observatório Regional Amazônico (ORA), Gonzalo Llosa, destacou que esses dados são essenciais para construção de medidas de prevenção e respostas coordenadas entre os entes afetados.

Já no fim do mês, a OTCA organizou a IV Reunião Extraordinária da Comissão Especial sobre Segurança Pública e Delitos Transnacionais e Transfronteiriços (CESPIT) [3]. Durante a reunião, foram apresentadas as atividades desenvolvidas entre 2025 e 2026, sob a presidência *pro tempore* da Colômbia, e os avanços na implementação do Plano de Trabalho, além de estratégias para mobilização de recursos e oportunidades de financiamento. O Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, reforçou que a segurança pública na Amazônia exige a cooperação entre os países que dividem o território. No próximo biênio, a CESPIT será presidida pelo Equador, com o Brasil ocupando a Subcomissão de Cooperação Internacional e Temas Transversais e o Peru na Subcomissão de Combate aos Delitos Ambientais.

O tema da segurança na região amazônica também ganhou notoriedade na mídia brasileira após representantes do povo Ashaninka irem até Brasília para reivindicar ações contra a expansão do crime organizado em seus territórios que cruzam as fronteiras do Brasil e do Peru

[4]. Segundo a imprensa, a viagem dos representantes foi motivada pela invasão da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, no Acre, por quatro homens armados que agiram de forma violenta contra a comunidade. A situação desencadeou a Operação Ashaninka que mobilizou o Comando de Fronteira Juruá/61º Batalhão de Infantaria da Selva (61º BIS) do Exército Brasileiro, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre (Sejusp) e o Grupo Especial de Operações em Fronteira (Gefron).

As lideranças informam que os criminosos conectam narcotráfico, exploração ilegal de madeira, construção de rotas clandestinas, grilagem de terras e lavagem de dinheiro. Além disso, tentam recrutar moradores para o cultivo de folha de coca que tem crescido no Peru, principalmente no departamento de Ucayali. A Terra Indígena Kampa do Rio Amônia abrange cerca de 3,5 milhões de hectares de floresta tropical e reúne 14 povos indígenas, 35 territórios demarcados e três unidades de conservação: a Reserva Extrativista Alto Juruá, o Parque Nacional da Serra do Divisor e a Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade. Junto à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a ideia é construir um plano de ação binacional que seja capaz de conter o avanço dos crimes ambientais e da violência, bem como capaz de garantir a proteção dos povos indígenas e do bioma amazônico.

Referências

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-promove-curso-de-capacitacao-em-analise-do-comportamento-do-fogo-no-peru/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/menor-area-queimada-amazonia-brasileira-2/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/paises-amazonicos-avancam-na-implementacao-da-agenda-regional-de-seguranca-publica/>
- [4] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2026/07/23/crime-organizado-invade-territorio-ashaninka-no-acre-e-liderancas-vao-a-brasilia-pedir-socorro.ghtml>